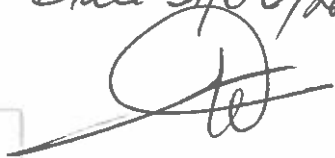


Aprovado por reunião
unidade em 31/03/2026




Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	11
5. Ativos Fixos Tangíveis	12
6. Ativos Intangíveis.....	13
7. Empréstimos Obtidos	13
8. Inventários	14
9. Rédito.....	14
10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	15
11. Benefícios dos empregados	15
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
13. Outras Informações	16
13.1. Investimentos Financeiros.....	16
13.2. Créditos a receber	17
13.3. Diferimentos	17
13.4. Outros ativos (correntes e não correntes)	17
13.5. Caixa e depósitos bancários	18
13.6. Fundos Patrimoniais	18
13.7. Fornecedores	18
13.8. Estado e Outros Entes Públicos	18
13.9. Outros passivos correntes	19
13.10. Fornecimentos e serviços externos	19
13.11. Outros rendimentos	19
13.12. Outros gastos	20
13.13. Resultados Financeiros	20
13.14. Passivo Contingente	20
13.15. Acontecimentos após data de Balanço	21

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2025	31-12-2024
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	11.257.689,74	12.104.459,82	
Bens do património histórico e cultural	5	391.182,69	391.182,69	
Ativos intangíveis	6	9.556,33	12.832,33	
Investimentos financeiros	13.1	94.549,49	92.504,73	
Outros créditos e ativos não correntes	13.4	186.500,00	186.500,00	
Subtotal		11.939.478,25	12.787.479,57	
Ativo corrente				
Inventários	8	290.725,43	424.609,41	
Créditos a receber	13.2	664.067,61	586.159,21	
Estado e outros Entes Públicos	13.8	64.721,01	104.503,26	
Diferimentos	13.3	10.653,64	7.188,19	
Outros ativos correntes	13.4	630.906,14	881.370,93	
Caixa e depósitos bancários	13.5	812.430,31	237.087,84	
Subtotal		2.473.504,14	2.240.918,84	
Total do Ativo			14.412.982,39	15.028.398,41
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais	13.6			
Fundos		236.126,99	236.126,99	
Reservas		8.189.427,37	8.189.427,37	
Resultados transitados		(2.816.771,74)	(2.665.928,73)	
Excedentes de revalorização	5	634.821,42	657.558,79	
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		4.028.368,12	4.189.064,84	
Resultado Líquido do período		129.744,33	(173.580,38)	
Total do fundos patrimoniais		10.401.716,49	10.432.668,88	
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	7	781.821,83	883.443,00	
Subtotal		781.821,83	883.443,00	
Passivo corrente				
Fornecedores	13.7	649.033,18	822.792,09	
Estado e outros Entes Públicos	13.8	201.790,53	188.940,19	
Financiamentos obtidos	7	897.400,58	1.323.206,10	
Diferimentos	13.3	37.099,70	23.466,46	
Outros passivos correntes	13.9	1.444.120,08	1.353.881,69	
Subtotal		3.229.444,07	3.712.286,53	
Total do passivo			4.011.265,90	4.595.729,53
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			14.412.982,39	15.028.398,41

Castelo Branco, 25 de Março de 2026
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Jaqueiro de Almeida José

João Carlos
António

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	11.502.251,51	9.904.031,95
Subsídios, doações e legados à exploração	10	88.759,30	265.176,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(477.208,68)	(340.605,32)
Fornecimentos e serviços externos	13.10	(3.299.077,78)	(2.946.666,83)
Gastos com o pessoal	11	(8.539.979,59)	(7.561.537,89)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2 e 13.4	(5.990,37)	(7.153,37)
Aumentos/reduções de justo valor	13.4	2.778,12	(2.790,27)
Outros rendimentos	13.11	1.277.403,91	949.787,14
Outros gastos	13.12	(27.773,45)	(19.349,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		521.162,97	240.891,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(320.573,31)	(319.279,17)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		200.589,66	(78.387,24)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.13	4.604,47	4.755,73
Juros e gastos similares suportados	13.13	(75.449,80)	(99.948,87)
Resultados antes de impostos		129.744,33	(173.580,38)
Resultado líquido do período		129.744,33	(173.580,38)

Castelo Branco, 25 de Março de 2026
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Joaquim de Almeida

Isabel Santos
Joana Soares
Carla

Demonstração dos Fluxos de Caixa

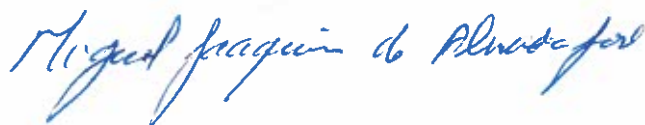
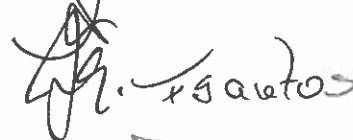
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euro €

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		11 709 617,46	10 075 981,58
Recebimentos de subsídios	10	330 876,73	41 624,15
Pagamento a fornecedores		(4 141 350,40)	(3 546 374,80)
Pagamentos ao pessoal		(8 251 050,58)	(7 334 219,62)
Caixa gerada pelas operações		(351 906,79)	(762 988,69)
Outros recebimentos/pagamentos		301 499,69	422 121,69
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(50 407,10)	(340 867,00)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(114 707,32)	(456 891,94)
Investimentos financeiros	13.1	-	(2 500,00)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	5	1 298 900,00	8 880,00
Investimentos financeiros	13.1	-	236,37
Subsídios ao investimento	13.6	-	652 157,09
Juros e rendimentos similares	13.13	3 995,98	2 135,42
Dividendos	13.11	190,65	176,03
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		1 188 379,31	204 192,97
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	7	-	113 852,96
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	(339 810,43)	(353 798,35)
Juros e gastos similares	13.13	(75 469,49)	(101 255,31)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(415 279,92)	(341 200,70)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		722 692,29	(477 874,73)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		24 489,82	502 364,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		747 182,11	24 489,82

Castelo Branco, 25 de Março de 2026
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA


Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Alterações no exercício de 2024:

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	236.126,99	8.189.427,37	(1.565.009,05)	657.558,79	3.986.277,51	(1.100.919,68)	10.403.461,93	-	10.403.461,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Realização do excedente de revalorização de AFT's e AFI's	13.6									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.6			(1.100.919,68)		(164.229,27)	1.100.919,68	(164.229,27)		(164.229,27)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2			(1.100.919,68)		(164.229,27)	1.100.919,68	(164.229,27)		(164.229,27)
RESULTADO EXTENSIVO	3						(173.580,38)	(173.580,38)		(173.580,38)
Subsídios, doações e legados	4=2+3						927.339,30	(337.809,65)		(337.809,65)
	13.6					367.016,60		367.016,60		367.016,60
	5					367.016,60		367.016,60		367.016,60
POSICÃO NO FIM DO ANO 2024	i=1+2+3+4	236.126,99	8.189.427,37	(2.665.928,73)	657.558,79	4.189.064,84	(173.580,38)	10.432.668,88	-	10.432.668,88

Castelo Branco, 25 de Março de 2026
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Jacinto de Almeida, p.c.

*796070
J. Soares
Carvalho*

Alterações no exercício de 2025:

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	1	236.126,99	8.189.427,37	(2.665.928,73)	657.558,79	4.189.064,84	(173.580,38)	10.432.668,88	-	10.432.668,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Realização do excedente de revalorização de AFT's e AFI's	13.6									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.6			(150.843,01)	(22.737,37)	(160.696,72)	173.580,38	(160.696,72)		(160.696,72)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2			(150.843,01)	(22.737,37)	(160.696,72)	173.580,38	(160.696,72)		(160.696,72)
RESULTADO EXTENSIVO	3						129.744,33	129.744,33		129.744,33
Subsídios, doações e legados	4=2+3						303.324,71	(30.952,39)		(30.952,39)
	13.6									
	5									
POSICÃO NO FIM DO ANO 2025	i=1+2+3+4	236.126,99	8.189.427,37	(2.816.771,74)	634.821,42	4.028.368,12	129.744,33	10.401.716,49	-	10.401.716,49

Castelo Branco, 25 de Março de 2026
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Jacinto de Almeida, p.c.

*796070
J. Soares
Carvalho*

Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa ao longo dos exercícios objeto aqui de reporte.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede em Rua Bartolomeu da Costa, na cidade de Castelo Branco.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, fundada no ano de 1514, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais e de saúde na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s – rev.4 (entre outros):

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 86993 Outras atividades de saúde humana, n.e.
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 88990 Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras de 2024 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura que já era o SNC-ESNL, não originando, a adoção em 2025 da presente versão do SNC-ESNL, quaisquer diferenças relevantes nas demonstrações financeiras, pelo que se verifica boa comparabilidade entre as demonstrações financeiras dos referidos exercícios.

De realçar que foi aplicado, em ambos os exercícios o disposto na FAQ 39 da Comissão de Normalização Contabilística, relativa ao reconhecimento das verbas recebidas ao abrigo dos acordos de cooperação.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos e passivos correntes" (Notas 13.4 e 13.9) e "Diferimentos" (Nota 13.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes da mesma.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu "justo valor", deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "saute" and a signature.

na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” (Nota 13.11) e/ou “Outros gastos” (Nota 13.12).

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu “justo valor”. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (que acompanham os bens do ativo fixo tangível que lhes estão subjacentes).

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	8

3.2.4. Inventários

Os "Inventários" estão registrados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registrada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou subsidiariamente o FIFO (*first in, first out*).

Os bens de inventário produzidos internamente (eventualmente produtos hortícolas e frutas) são valorizados ao preço de custo de aquisição do artigo/produto equivalente, como se tivessem sido adquiridos externamente.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registrados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registradas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registradas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

No caso dos "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) deste artigo:

"b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;"

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" em contrapartida da rubrica de "Outros Ativos Correntes", na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica "Outros Ativos Correntes" (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação e é reconhecida na rubrica "Outros Rendimentos" (a crédito) em contrapartida da rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais".
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de "Outros Passivos Correntes".

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária e políticas contabilísticas.

Handwritten notes and signatures:
K.
16/01/2025
J. M. M. M.
Am

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2024, não ocorreram quaisquer movimentos nesta tipologia de bens:

31 de Dezembro de 2024						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
CUSTO / VALORIZAÇÃO						
Bens imóveis	292.422,22	-	-	-	-	292.422,22
Bibliotecas	10.355,76	-	-	-	-	10.355,76
Bens móveis	88.404,71	-	-	-	-	88.404,71
Total	391.182,69	-	-	-	-	391.182,69

Igualmente, no período de 2025, não ocorreram quaisquer movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural", tal como se pode verificar pelo quadro seguinte:

31 de Dezembro de 2025						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
CUSTO / VALORIZAÇÃO						
Bens imóveis	292.422,22	-	-	-	-	292.422,22
Bibliotecas	10.355,76	-	-	-	-	10.355,76
Bens móveis	88.404,71	-	-	-	-	88.404,71
Total	391.182,69	-	-	-	-	391.182,69

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram resumidas no seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2024
CUSTO / VALORIZAÇÃO						
Terrenos e recursos naturais	2.858.024,22	21.250,00	(98,00)	-	-	2.879.176,22
Edifícios e outras construções	9.008.760,85	63.750,00	-	1.160.435,27	-	10.232.946,12
Equipamento básico	2.417.761,13	31.087,53	-	147,90	-	2.448.996,56
Equipamento de transporte	501.452,18	-	(15.645,63)	(147,90)	-	485.658,65
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	310.454,00	1.669,17	-	-	-	312.123,17
Outros Ativos fixos tangíveis	467.168,05	12.312,19	-	-	-	479.480,24
Ativos fixos tangíveis em curso	1.079.547,45	302.538,04	-	(1.160.435,27)	-	221.650,22
Total Custo	16.643.167,88	432.606,93	(15.743,63)	-	-	17.060.031,18
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.497.675,88	196.534,16	-	-	-	1.694.210,04
Equipamento básico	2.010.289,65	89.642,49	-	147,90	-	2.100.080,04
Equipamento de transporte	466.295,93	11.486,58	(15.645,63)	(147,90)	-	461.988,98
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	308.711,77	704,98	-	-	-	309.416,75
Outros Ativos fixos tangíveis	372.240,59	17.634,96	-	-	-	389.875,55
Total Depreciações	4.655.213,82	316.003,17	(15.645,63)	-	-	4.955.571,36
Total Ativos Fixos Tangíveis	11.987.954,06	116.603,76	(98,00)	-	-	12.104.459,82

Durante o período de referência do presente documento (2025) ocorreram algumas aquisições de bens, nomeadamente equipamento básico, administrativo e outros...

Ocorreram também algumas alienações de bens, nomeadamente 4 imóveis e uma viatura, cujos valores contabilísticos estão refletidos na coluna de "abates".

Foram ainda calculadas e reconhecidas as depreciações nos termos legais aplicáveis e segundo as taxas que constam do DR.25/2009, em função dos anos de vida útil esperada para cada um dos bens.

Tal como nos exercícios económicos anteriores, continuou-se a aplicar a metodologia dos duodécimos no cálculo das depreciações.

De seguida, apresenta-se o quadro resumo dos movimentos ocorridos em 2025:

31 de Dezembro de 2025						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
CUSTO / VALORIZAÇÃO						
Terrenos e recursos naturais	2 879 176,22	-	(171 017,75)	-	-	2 708 158,47
Edifícios e outras construções	10 232 946,12	-	(513 053,24)	1 709,70	-	9 721 602,58
Equipamento básico	2 448 996,56	27 266,30	(13 399,73)	-	-	2 462 863,13
Equipamento de transporte	485 658,65	-	(102 729,31)	-	-	382 929,34
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	312 123,17	229,99	(853,55)	-	-	311 499,61
Outros Ativos fixos tangíveis	479 480,24	36 508,65	(741,96)	-	-	515 246,93
Ativos fixos tangíveis em curso	221 650,22	7 306,20	-	(1 709,70)	-	227 246,72
Total Custo	17 060 031,18	71 311,14	(801 795,54)	-	-	16 329 546,78
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 694 210,04	204 260,38	(88 393,11)	-	-	1 810 077,31
Equipamento básico	2 100 080,04	84 957,09	(8 431,01)	-	-	2 176 606,12
Equipamento de transporte	461 988,98	8 876,04	(102 729,31)	-	-	368 135,71
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	309 416,75	566,90	(716,24)	-	-	309 267,41
Outros Ativos fixos tangíveis	389 875,55	18 636,90	(741,96)	-	-	407 770,49
Total Depreciações	4 955 571,36	317 297,31	(201 011,63)	-	-	5 071 857,04
Total Ativos Fixos Tangíveis	12 104 459,82	(245 986,17)	(600 783,91)	-	-	11 257 689,74

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, dos ativos fixos intangíveis, foram as apresentadas nos seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
CUSTO						
Projectos de Desenvolvimento	26.209,33	-	-	-	-	26.209,33
Total Custo	26.209,33	-	-	-	-	26.209,33
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Projectos de Desenvolvimento	10.101,00	3.276,00	-	-	-	13.377,00
Total Depreciações	10.101,00	3.276,00	-	-	-	13.377,00
Total Ativos Intangíveis	16.108,33	(3.276,00)	-	-	-	12.832,33

31 de Dezembro de 2025						
	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
CUSTO						
Projectos de Desenvolvimento	26.209,33	-	-	-	-	26.209,33
Total Custo	26.209,33	-	-	-	-	26.209,33
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Projectos de Desenvolvimento	13.377,00	3.276,00	-	-	-	16.653,00
Total Depreciações	13.377,00	3.276,00	-	-	-	16.653,00
Total Ativos Intangíveis	12.832,33	(3.276,00)	-	-	-	9.556,33

Estes ativos são constituídos unicamente pelo valor dos projetos de desenvolvimento realizados e utilizados para a realização dos investimentos em equipamentos básicos (renovação dos ERPI's).

7. Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Durante os últimos anos (2020 a 2022) foram contratualizadas diversas operações financeiras para fazer face aos gastos acrescidos decorrentes da pandemia COVID-19, para algumas necessidades de investimento e financiamento da tesouraria corrente.

No ano de 2024 foram contratualizadas novas operações financeiras, nomeadamente: um empréstimo para fazer face às obras do Pavilhão B; uma conta caucionada e uma livrança para fazer face às necessidades de tesouraria.

No ano de 2025 foi liquidada a livrança e foi contratualizada uma nova operação de financiamento (para construção e ampliação de E.R.P.I.'s) mas que na data de encerramento do presente exercício não apresentava ainda qualquer utilização.

Em 31 de Dezembro de 2025 (e 2024), os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	101.579,23	781.821,83	883.401,06	241.768,49	883.443,00	1.125.211,49
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	510.000,00	-	510.000,00	510.000,00	-	510.000,00
Contas Bancárias de Factoring	220.573,15	-	220.573,15	260.839,59	-	260.839,59
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	65.248,20	-	65.248,20	212.598,02	-	212.598,02
Outros Empréstimos	-	-	-	98.000,00	-	98.000,00
Total	897.400,58	781.821,83	1.679.222,41	1.323.206,10	883.443,00	2.206.649,10

Na data de reporte deste documento, uma das operações financeiras tem como garantia uma hipoteca, nomeadamente:

HIPOTECA	BEM	FINANCIAMENTOS
Hipoteca a favor de Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	Centro Social Dr. Adriano Godinho – imóvel U-15294 (valor contabilístico 937.384,73 €)	Op. 036.36.100429-8 (PARES) (dívida a 31/12/25: 303.236,78 €)

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	376.305,34	388.909,39	-	424.609,41	343.324,70	-	290.725,43
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	376.305,34	388.909,39	-	424.609,41	343.324,70	-	290.725,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				340.605,32	477.208,68		

De referir que os valores da rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” se desdobra da seguinte forma:

Matérias consumidas:	2025	2024
Géneros alimentares	24.422,61	25.132,16
Prod. higiene pessoal dos utentes	72.970,46	73.620,49
Material de penso e consumo	185.938,28	83.911,60
Medicamentos	41.771,24	45.249,34
Fraldas	131.796,70	85.736,53
Outras matérias consumidas	20.309,39	26.955,20
Total	477.208,68	340.605,32

Verificaram-se diversas variações, em diferentes sentidos, pois algumas das rubricas viram o seu valor aumentar consideravelmente devido à evolução dos preços e consumos bem como alguns ajustamentos de contagens dos stocks e da sua classificação em consequência da implementação de novas formas de contabilização (com base nos registos de consumos do armazém).

9. Rédito

Na execução dos registos dos exercícios de 2024 e de 2025 já foi aplicado o disposto na FAQ 39 da Comissão de Normalização Contabilística, relativa ao reconhecimento das verbas recebidas ao abrigo dos

acordos de cooperação, na conta 72 (em alternativa à conta 75), pelo que se verifica, desde já, boa comparabilidade em todas as subrubricas do quadro seguinte.

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	47.777,95	48.160,05
Prestação de Serviços	11.454.473,56	9.855.871,90
Quotas dos utilizadores	6.402.253,54	5.807.998,67
Quotas dos utilizadores (ISS)	5.037.555,52	4.031.034,73
Quotas e Jóias	5.585,00	6.815,00
Serviços Secundários	9.079,50	10.023,50
Total	11.502.251,51	9.904.031,95

Verificou-se um aumento considerável nesta rubrica, no montante de 1.598.219,56 €.

Esta variação ocorreu basicamente nas seguintes rubricas:

- Comparticipações da Segurança Social (1.006.520,79 €) devido ao aumento generalizado dos valores unitários e à maximização dos apoios adicionais por utente.
- Comparticipações dos utentes das respostas sociais de idosos (291.132,33 €) devido às atualizações em função dos rendimentos dos utentes.
- Serviços Prestados pelo Centro de Medicina e Reabilitação (214.412,68 €) devido ao aumento do volume de serviços prestados.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A maioria de todos estes subsídios (à exploração), são reconhecidos no momento do seu recebimento, com exceção daqueles cujos gastos, a que se destinam a compensar, são devidamente conhecidos e diretamente atribuíveis a exercícios futuros. Nestes casos, estes rendimentos são reconhecidos (se possível) no exercício em que ocorreu efetivamente o respetivo gasto, independentemente da sua data de recebimento.

Tal como referido no ponto anterior, na execução dos registos do exercício de 2025 já foi aplicado o disposto na FAQ 39 da Comissão de Normalização Contabilística, relativa ao reconhecimento das verbas recebidas ao abrigo dos acordos de cooperação, na conta 72 (em alternativa à conta 75) pelo que também aqui se verifica, desde já, boa comparabilidade em todas as subrubricas.

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios e Apoios do Governo		
Segurança Social - Infância	37.381,44	-
Segurança Social - Família	-	6.986,25
IFAP - Apoios Agrícolas	2.393,35	2.346,81
POISE / Portugal 2020	14.405,74	-
IEFP - Medidas Apoio Emprego	34.578,77	5.843,14
ISS - Fundo Socorro Social	-	250.000,00
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações, Heranças e Legados	-	-
Total	88.759,30	265.176,20

11. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2025 e 2024, foi respetivamente, de 13 membros, sendo na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral - Manuel Duarte Cardoso Martins – Presidente - João Paulo Martins Infante P. Benquerença – Vice-Presidente - Armindo Marques Matias – Secretário	Mesa Administrativa - José Augusto Rodrigues Alves – Provedor - João Fernando Goulão Pinto – Vice-Provedor - João Manuel Silva Salvado – Secretário - Carlos Joaquim Duarte R. Ribeiro – Tesoureiro - Fátima Maria Monteiro dos Santos Almeida – Vogal - Luis António Dinis da Rosa – Vogal - Carlos Alberto Azevedo Matos – Vogal
Definitório ou Conselho Fiscal - Jorge Manuel Vieira Neves – Presidente - Alfredo da Silva Correia – Vice-Presidente - Emilio Manuel Gonçalves Ferro – Secretário	

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Pessoas ao Serviço	Média 2024	Média 2025	Dezembro 2025
Colaboradores P/ Conta Outrem	487	493	506
Colaboradores Independentes	13	13	13
Total	500	506	519

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	6.780.759,51	6.042.291,37
Indemnizações	92.279,83	71.683,52
Encargos sobre as Remunerações	1.525.155,69	1.317.866,94
Seguros de Acidentes de Trabalho	128.008,02	116.120,13
Outros Gastos com o Pessoal	13.776,54	13.575,93
Total	8.539.979,59	7.561.537,89

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos noutras empresas	1.746,00	1.746,00
Outros investimentos financeiros	92.803,49	90.758,73
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	94.549,49	92.504,73

Com as finalidades de exploração, aproveitamento e beneficiação do património rustico da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, continua a ser detida a 100 % a sociedade por quotas "Dança Estival – Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda.", cujo valor é reconhecido/atualizado pelo método da equivalência patrimonial, não tendo sido reconhecidos quaisquer valores em gastos e/ou rendimentos, (apesar dos resultados serem um prejuízo) uma vez que apenas e só devem ser reconhecidas as perdas até à concorrência do valor aplicado no investimento.

13.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	548.598,47	489.483,65
Utentes	112.053,07	91.545,11
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	-	944,13
Utentes	37.549,13	36.756,60
Perdas por imparidade		
Clientes	-	(944,13)
Utentes	(34.133,06)	(31.626,15)
Total	664.067,61	586.159,21

Esta rubrica é constituída por todos os saldos de Clientes e Utentes, a receber.

Foram desreconhecidos os montantes em dívida de 944,13 € (IASFA - UCCI) e 1.272,80 € (utentes - UCCI) devido à sua elevada antiguidade. Uma vez que existiam imparidades a 100% para estes montantes, também estas foram desreconhecidas.

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, foram as seguintes:

Descrição	2025	2024
Clientes	-	-
Utentes	3 779,71	5 799,70
Total	3 779,71	5 799,70

13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	7.358,14	5.839,75
Fornecimentos e serviços externos	3.295,50	1.348,44
Total	10.653,64	7.188,19
Rendimentos a reconhecer		
Rendas faturadas antecipadamente	6.864,68	11.940,20
Subsídios à exploração	30.235,02	11.526,26
Total	37.099,70	23.466,46

13.4. Outros ativos (correntes e não correntes)

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os seguintes valores a receber e/ou investidos:

Descrição	2025	2024
"Devedores diversos"		
Adiantamentos ao pessoal	6 144,03	9 403,35
Devedores por acréscimos de rendimentos	313 064,27	611 811,75
Subsídios à exploração contratados	43 477,72	16 448,75
Inquilinos (rendas)	78 536,51	83 483,37
Subsídios ao investimento contratados	40 715,18	40 715,18
Outros devedores	80 576,43	55 030,58
Perdas por imparidade (rendas)	(62 652,97)	(60 550,60)
Contas Correntes de Associadas	104 079,90	84 029,90
Fornecedores de Investimentos (Adiant.)	17 942,87	32 709,81
"Investimentos Financeiros" correntes		
FRSS - Fundo Reestrut. Setor Solidário	5 037,85	5 037,85
Ações CEMG (Montepio Geral)	500,00	500,00
Ações E.D.P. - Energias de Portugal, S.A.	3 484,35	2 750,99
Total	630 906,14	881 370,93

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, podem detalhar-se assim:

Descrição	2025	2024
Outros Devedores (Rendas)	2.102,37	1.353,67
Total	2.102,37	1.353,67

Mantiveram-se todos os investimentos financeiros já anteriormente detidos.

Para os títulos foram realizados os testes de justo valor adequados e se o custo de aquisição/valorização for diferente do justo valor dos ativos líquidos tendo como referência a sua cotação em 31/12/2025, a diferença foi reconhecida diretamente em resultados do período, como aumentos ou reduções por justo valor (caso a caso).

Para além dos ativos correntes antes referidos, existem também alguns outros ativos de natureza **não corrente**. Nestes, não ocorreu qualquer variação no seu valor, mantendo-se o empréstimo concedido à associada "Dança Estival, Lda.", no valor de 186.500,00 €.

13.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	3 531,10	3 534,94
Depósitos à ordem	58 899,21	83 552,90
Depósitos a prazo	750 000,00	150 000,00
Subtotal	812 430,31	237 087,84
Dep. Ordem (descobertos)	(65 248,20)	(212 598,02)
TOTAL	747 182,11	24 489,82

13.6. Fundos Patrimoniais

À semelhança dos anos anteriores, também em 2025, para além das habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior, do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento cujos ativos se encontram em utilização, foram ainda reclassificados alguns valores de revalorizações para resultados (uma vez que ocorreram alienações dos bens do ativo - imóveis).

Assim, nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	236.126,99	-	-	236.126,99
Reservas	8.189.427,37	-	-	8.189.427,37
Resultados transitados	(2.665.928,73)	22.737,37	(173.580,38)	(2.816.771,74)
Excedentes de revalorização	657.558,79	-	(22.737,37)	634.821,42
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.189.064,84	-	(160.696,72)	4.028.368,12
Total	10.606.249,26	22.737,37	(357.014,47)	10.271.972,16

13.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	649.033,18	822.792,09
Total	649.033,18	822.792,09

13.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
ATIVO		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	64.721,01	104.503,26
Total	64.721,01	104.503,26
PASSIVO		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	0,06
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	28.165,67	26.546,99
Segurança Social (TSU)	173.624,86	162.393,14
Total	201.790,53	188.940,19

13.9. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Pessoal	1.253,08	5.810,23
Outras operações	1.253,08	5.810,23
Fornecedores de Investimentos	43.617,16	103.384,92
Credores por acréscimos de gastos	1.115.244,80	1.013.242,12
Cauções de outras entidades	164.448,15	94.087,21
Outros credores	116.556,89	134.357,21
Adiantamentos de clientes	3.000,00	3.000,00
Total	1.444.120,08	1.353.881,69

13.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição desta rubrica nos períodos 2025 e de 2024 foi a seguinte

Descrição	2025	2024
Subcontratos	1.961.696,57	1.586.493,64
Serviços especializados	523.657,32	489.587,10
Materiais	90.218,54	69.632,51
Energia e fluidos	538.513,14	609.375,13
Deslocações, estadas e transportes	8.790,16	5.264,82
Serviços diversos (*)	176.202,05	186.313,63
Limpeza, higiene e conforto	95.678,85	102.241,13
Comunicação	23.491,99	22.087,66
Rendas e alugueres	37.712,78	41.025,71
Total	3.299.077,78	2.946.666,83

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor

Esta rubrica compreende um conjunto alargado de naturezas de gastos, que vão desde todos os serviços a todos os bens não considerados diretamente consumidos no normal desempenho das atividades e serviços habituais prestados pela entidade.

Verificam-se diversas variações, com sentidos distintos, mas que na globalidade resultaram num aumento considerável destes gastos.

A rubrica de Subcontratos assume valores que representam, para além de pequenas situações já existentes, a totalidade dos gastos incorridos com o serviço de refeições (em outsourcing – 1.235.396,57€) e os valores de serviços prestados pela empresa que explora o Centro de Medicina e Reabilitação (726.300,00€), com vista à contrapartida dos valores considerados como rendimentos (na conta 72) pelos serviços prestados.

13.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	2.246,10	1.857,79
Descontos de pronto pagamento obtidos	44,48	845,40
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	190,65	176,03
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	840.219,90	171.212,21
Outros rendimentos:	434.702,78	775.695,71
Correções relativas a períodos anteriores	14.024,42	84.076,64
Imputação dos subsídios ao investimento	160.696,72	153.408,08
Reembolsos	134.575,99	139.847,61
Donativos	73.263,81	383.189,15
Outros	52.141,84	15.174,23
Total	1.277.403,91	949.787,14

Como principais variações, importa referir:

- O considerável aumento na rubrica "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros", decorrente da maior realização de mais valias nas alienações de ativos fixos tangíveis (nomeadamente imóveis). Ainda na mesma rubrica de "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros" está incluída uma verba considerável (136.997,78 €), decorrente das rendas faturadas aos inquilinos de diversos imóveis.

- Outra variação considerável verifica-se na rubrica dos donativos, cuja variação negativa ultrapassou os 350.000,00 €, em virtude da ocorrência de donativos de valor considerável (em dinheiro e/ou em espécie) por iniciativa de alguns benfeitores, no ano anterior e que este ano já não se verificaram.

13.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	2.054,79	1.435,64
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	489,25
Dividas incobráveis	875,29	176,92
Gastos e perdas investimentos não financeiros	1.797,15	-
Outros gastos:	23.046,22	17.247,87
Correções de anos anteriores	12.770,22	11.011,54
Donativos	4.714,00	438,00
Quotizações	4.040,00	4.460,00
Outros	1.522,00	1.338,33
Total	27.773,45	19.349,68

Todas as rubricas apresentam valores usuais e habituais para a Entidade, apesar do seu cariz extraordinário.

13.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	75.449,80	99.948,87
Total	75.449,80	99.948,87
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	4.604,47	4.755,73
Total	4.604,47	4.755,73
Resultados financeiros	(70.845,33)	(95.193,14)

13.14. Passivo Contingente

No âmbito dos acordos de cooperação e da cedência de pessoal pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), relacionados com a exploração dos equipamentos sociais, designadamente os infantários (Centro Infantil Jacqueline Albert e Centro Infantil Alberto Trindade) a entidade reconheceu, em períodos anteriores, estimativas de encargos associados a complementos salariais de trabalhadores cedidos.

No exercício de 2016, foi revertido o montante de 452.381,28 euros, anteriormente registado na rubrica "Outros credores", por se ter entendido que, decorridos dois anos sobre a celebração do acordo assinado em 19/12/2014 (com produção de efeitos a 01/09/2014), e não tendo sido formalizado o contrato atípico previsto, não seria provável a exigibilidade dos referidos encargos.

Contudo, em dezembro de 2025, a entidade foi notificada pelo ISS da existência de valores a regularizar no âmbito do mesmo processo, tendo sido comunicado um montante de 70.328 euros.

Face ao exposto, e considerando que:

- a obrigação presente não se encontra suficientemente confirmada quanto à sua existência e exigibilidade;

- subsiste incerteza relevante quanto ao montante total a liquidar;
- a entidade irá exercer o direito de reclamação/contestação dos valores comunicados;
- foi admitida liminarmente a providência cautelar interposta;
- não foi reconhecido contabilisticamente este crédito;

a situação é tratada, nos termos da NCRF-ESNL (com referência à NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), como um passivo contingente, não tendo sido reconhecida qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

Continuaremos a acompanhar a evolução do processo, sendo qualquer responsabilidade reconhecida apenas quando se torne provável a existência de uma obrigação presente e mensurável com fiabilidade.

13.15.Acontecimentos após data de Balanço

A persistência (e aumento da escala) dos conflitos armados entre a Rússia e a Ucrânia, Médio Oriente (Israel, Palestina e Irão) e todas as repercussões diretas e indiretas nas economias e políticas mundiais têm sido e continuarão a ser responsáveis pela degradação do perfil do crescimento económico em 2025 e possivelmente nos próximos anos.

Desde o 2.º semestre de 2022 que se verifica um aumento generalizado dos preços, atingindo taxas de inflação muito elevadas, o que levou a um aumento (igualmente generalizado) das taxas de juro. Apesar das curvas representativas da evolução destes 2 indicadores apresentarem alguma estabilização em 2025, continuam a ocorrer variações de preços, tendencialmente de subida para os próximos anos.

Considerando a permanência de todos estes factos, existe muita incerteza sobre o desenvolvimento da situação económica, mas à data atual, a Mesa Administrativa informa que não existem indicadores de que as atividades desta entidade venham a ser afetadas de forma muito grave, pelo que entendem que não está em causa a continuidade da instituição, embora sejam esperadas muitas dificuldades.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 25 de março de 2026.

Castelo Branco, 25 de março de 2026

O Contabilista Certificado

Miguel Jacopo de Almeida Fernandes

A Mesa Administrativa

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

